

tarefa que tem estado incumbida àquela sua Delegação e por tal forma simplificar circuitos burocráticos, melhorar a coordenação e o rendimento do conjunto de meios existentes e diminuir despesas de funcionamento, ao mesmo tempo que se proporciona oportunidade para fixar um pequeno núcleo de técnicos formados ou consagrados nesta esplêndida escola de realizações de edifícios públicos, alguns deles com uma especialização muito difícil e onerosa.

Considera-se, em suma, que a extinção da Delegação das Novas Instalações para os Serviços Públicos, sem acarretar qualquer prejuízo à execução de tarefas tão importantes como aquelas que lhe têm estado cometidas, representará mais um pequeno passo na senda da reforma administrativa.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É extinta a Delegação das Novas Instalações para os Serviços Públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 36 818, de 5 de Abril de 1948, passando a sua competência a ser directamente exercida pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Art. 2.º A Direcção dos Serviços de Construção da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais compreenderá:

- a) Divisão de Estudos e Projectos;
- b) Divisão de Obras;
- c) Secção de Expediente Técnico.

Art. 3.º São acrescentados ao quadro da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais os lugares constantes do mapa anexo ao presente diploma.

Art. 4.º — 1. O primeiro provimento dos lugares referidos no artigo anterior poderá ser feito de entre pessoal que à data da publicação deste diploma, e há mais de três anos, se encontra em serviço na Delegação das Novas Instalações para os Serviços Públicos, com boa informação, em regime de contrato ou sob qualquer outro título, e bem assim o que na mesma data exerce funções em regime de interinidade ou seja abonado por subsídios ou comparticipações do Fundo de Desemprego.

2. O provimento previsto no número anterior resultará de lista aprovada pelo Ministério das Obras Públicas e publicada no *Diário do Governo*, donde conste o lugar em que cada funcionário fica provido.

3. Na elaboração da lista levar-se-ão em conta as habilitações e a antiguidade dos interessados, que serão provados em lugares de categoria equivalente à dos que estiverem ocupando e, tanto quanto possível, em classe correspondente àquela a que se encontram equiparados, com dispensa de concurso e do limite de idade máximo para a admissão em lugares de acesso.

4. A colocação do pessoal nos termos deste artigo e o abono dos respectivos vencimentos não dependem de qualquer formalidade, salvo a anotação das novas situações pelo Tribunal de Contas.

Art. 5.º O pessoal contratado nos termos da legislação própria da Delegação das Novas Instalações para os Serviços Públicos que não ingressasse no quadro da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais transita para esta na situação que presentemente ocupa, mantendo-se válidos, mediante simples averbamento visado pelo Ministro das Obras Públicas, os respectivos contratos.

Art. 6.º — 1. Aos encargos resultantes do presente diploma é aplicável o disposto no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 48 498, de 24 de Julho de 1968.

2. Enquanto não se concretizarem as necessárias provisões de carácter orçamental, poderão ser utilizadas as disponibilidades das dotações do orçamento do Ministério das Obras Públicas em execução, consignadas ao pagamento das despesas com o pessoal da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Art. 7.º Este diploma entra em vigor no dia 1 de Maio de 1970.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano — João Augusto Dias Rosas — Rui Alves da Silva Sanches*.

Promulgado em 1 de Abril de 1970.

Publique-se.

Presidência da República, 9 de Abril de 1970. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

#### Mapa a que se refere o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 144/70

Número de funcionários	Categorias
1	Chefe de divisão.
2	Engenheiros civis de 1.ª classe.
1	Engenheiro, electrotécnico ou mecânico, chefe.
1	Adjunto técnico principal.
1	Adjunto técnico de 1.ª classe.
1	Desenhador-chefe.
2	Desenhadores de 2.ª classe.
1	Primeiro-oficial.
1	Segundo-oficial.
5	Escrivários-dactilografos de 2.ª classe.
1	Telefonista de 2.ª classe.
1	Contínuo de 1.ª classe.
1	Contínuo de 2.ª classe.

Ministério das Obras Públicas, 1 de Abril de 1970. — O Ministro das Obras Públicas, *Rui Alves da Silva Sanches*.

## MINISTÉRIOS DAS OBRAS PÚBLICAS E DA EDUCAÇÃO NACIONAL

### Decreto n.º 145/70

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. Tendo em vista o disposto no n.º 1 da base II da Lei n.º 2107, de 5 de Abril de 1961, são introduzidos no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário, aprovado pelo Decreto n.º 43 674, de 8 de Maio de 1961, os ajustamentos constantes do quadro anexo ao presente decreto, tornados necessários em consequência da evolução das condições que presidiram à elaboração daquele plano posteriormente à sua publicação.

*Marcello Caetano — Rui Alves da Silva Sanches — José Veiga Simão*.

Promulgado em 23 de Fevereiro de 1970.

Publique-se.

Presidência da República, 9 de Abril de 1970. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

**Ajustamentos introduzidos no número de edifícios e salas previstos no Plano de Construções, aprovado pelo Decreto n.º 43 674, de 8 de Maio de 1961**

Concelho	Freguesia	Previstos no Plano		Plano actualizado		Número Localidades (*)	Número De edifi- cios	Número De salas	Número De edifi- cios	Número De salas
		Núcleo	Freguesia	Núcleo	Freguesia					
<b>Distrito escolar de Aveiro</b>										
Aveiro . . . . .	Arada . . . . .	Verdemilho . . . . .	Arada . . . . .	Verdemilho . . . . .	Arada . . . . .	1	1	1	2	2
	Esgueira . . . . .	Solposto (a) . . . . .	Esgueira . . . . .	Solposto . . . . .	Esgueira . . . . .	4	4	2	4	4
	Caneias . . . . .	Rua Direita. (b) . . . . .	Caneias . . . . .	Rua Direita . . . . .	Caneias . . . . .	3	3	1	4	4
	Salreu . . . . .	Laceiras . . . . .	Salreu . . . . .	Laceiras . . . . .	Salreu . . . . .	2	3	1	6	6
		Murtosa. (Ribeiro)		Murtosa. (Ribeiro)						
		Murtosa. (Monte)		Murtosa. (Monte)		1	1	1	1	1
		Murtosa. (Campo da Sal- dida).		Murtosa. (Campo da Sal- dida).		4	8	1	8	8
Oliveira de Aze- méis.	Cesar . . . . .	Monte . . . . .	Monte . . . . .	Monte . . . . .	Monte . . . . .	—	—	1	1	1
Vale de Cambra	Cueujães . . . . .	Cesar . . . . .	Cesar . . . . .	Cesar . . . . .	Cesar . . . . .	2	2	1	1	1
	Macieira . . . . .	Picoto . . . . .	Picoto . . . . .	Picoto . . . . .	Picoto . . . . .	7	7	2	2	2
		Ramilos (d) . . . . .		Ramilos (d) . . . . .		1	1	1	1	1

(a) Decreto n.º 44 994, de 23 de Abril de 1963.  
 (b) Decreto n.º 46 588, de 13 de Outubro de 1964.  
 (c) Portaria n.º 20 350, de 20 de Janeiro de 1969.  
 (d) Decreto n.º 49 320, de 22 de Outubro de 1969.

Distrito escolar de Aveiro

Aveiro	Arada	Verdemilho	Arada	Verdemilho	2
	Esgueira	Solposto (a)	Esgueira	Solposto	4
	Caneiras	Rua Direita.	Caneiras	Rua Direita	4
	Salreu	Laceiras	Salreu	Laceiras	6
Estarreja		Murtosa (Ribeiro)		Murtosa (Ribeiro)	1
		Murtosa		Murtosa	1
		Murtosa		Murtosa	8
Murtosa	Murtosa (c)	Murtosa (Monte)	Murtosa (Monte)	Murtosa (Monte)	4
		Murtosa (Campo da Saldida).		Murtosa (Campo da Saldida)	1
Oliveira de Aze-	Cesar	—	Monte	Monte	8
méis.	Cueujães		Cesar	Cesar	8
Vale de Cambra	Macieira		Cueujães	Cueujães	2
			Macieira	Macieira	1
			Ramilos (d)	Ramilos	1

(a) Decreto n.º 44 994, de 23 de Abril de 1963.  
 (b) Decreto n.º 46 588, de 13 de Outubro de 1964.  
 (c) Portaria n.º 20 320, de 20 de Janeiro de 1964.  
 (d) Decreto n.º 49 312, de 22 de Outubro de 1969.

Distrito escolar de Braga

(a) Decreto n.º 49 460, de 26 de Dezembro de 1969.

**Distrito escolar de Bragança**

Mirandela	.	.	Barcel	.	.	.	Barcel	.	.	.	.	Barcel	.	.	.	.	Barcel	.	.	.	.	Barcel	.	.	.		
Mirandela	.	.	—	{	Mirandela	(a)	—	—	{	Mirandela	.	—	{	Mirandela	.	—	{	Mirandela	.	—	{	Mirandela	.	—	{	Mirandela	.
Vimioso	.	.	—	{	Mirandela	(Golfeiras)	—	—	{	Mirandela	.	—	{	Mirandela	(Golfeiras)	—	{	Mirandela	.	—	{	Mirandela	.	—	{	Mirandela	.
Santulhão	.	.	—	{	Santulhão	(a)	—	—	{	Santulhão	.	—	{	Santulhão	.	—	{	Santulhão	.	—	{	Santulhão	.	—	{	Santulhão	.

(a) Portaria n.º 19769, de 20 de Março de 1963.

Distrito escolar de Castelo Branco

Penamacor	.	.	Aranhas	.	.	Aranhas	.	
	.	.	{ Meimoa	.	.	{ Meimoa	.	

Distrito escolar de Coimbra

Coimbra . . . . .	Santo António dos Olivais.	Areeiro . . . . .	2	Santo António dos Olivais.	Areeiro . . . . .	4
V. V. V. V. V.	A. A. A. A. A.	A. A. A. A. A.	5	A. A. A. A. A.	A. A. A. A. A.	8

(a) Decreto n.º 10.261 de 25 de Setembro de 1969

Concelho	Freguesia	Número	Previstos no Plano		Plano actualizado	
			De edifícios	De salas	De edifícios	Número
Tavira . . . . .	Santiago . . . . .	1	1	1	1	2
Almeida . . . . .	Vilar Formoso (a) . . . . .	1	1	1	1	2
Pinhel . . . . .	Vascoveiro . . . . .	1	1	1	1	2

(a) Decreto n.º 49 261, de 25 de Setembro de 1969.

**Distrito escolar de Faro**

Concelho	Freguesia	Número	Previstos no Plano		Plano actualizado	
			De edifícios	De salas	De edifícios	Número
Tavira . . . . .	Santa Luzia . . . . .	1	1	1	1	2
Almeida . . . . .	Vilar Formoso . . . . .	1	1	1	1	2
Pinhel . . . . .	Vascoveiro . . . . .	1	1	1	1	2

**Distrito escolar da Guarda**

Concelho	Freguesia	Número	Previstos no Plano		Plano actualizado	
			De edifícios	De salas	De edifícios	Número
Alcoaçada . . . . .	S. Martinho do Porto . . . . .	1	2	2	2	4
Caldas da Rainha . . . . .	Alvorninha . . . . .	1	1	1	1	2
Leiria . . . . .	Maceira . . . . .	2	3	3	2	5
	Regueira de Pontes . . . . .	1	1	1	1	2
	Chãs . . . . .					

**Distrito escolar de Leiria**

Concelho	Freguesia	Número	Previstos no Plano		Plano actualizado	
			De edifícios	De salas	De edifícios	Número
Cascais . . . . .	Paredes . . . . .	1	1	1	1	8
	Milharado . . . . .					
	Venda do Pinheiro (a) . . . . .	1	3	3	1	4
	Alvorninha . . . . .					
	Alvorninha . . . . .	1	1	1	1	4
	Pocariça . . . . .	1	1	1	1	3
	A-dos-Cunhados . . . . .	1	4	4	1	6
	Regueira de Pontes . . . . .	1	20	20	4	22
	Chãs . . . . .	3				

**Distrito escolar de Lisboa**

Concelho	Freguesia	Número	Previstos no Plano		Plano actualizado	
			De edifícios	De salas	De edifícios	Número
Cascais . . . . .	Paredes . . . . .	1	1	1	1	8
	Milharado . . . . .					
	Venda do Pinheiro (a) . . . . .	1	3	3	1	4
	Alvorninha . . . . .					
	Alvorninha . . . . .	1	1	1	1	3
	Terrugem . . . . .	1	1	1	1	4
	A-dos-Cunhados . . . . .	1	4	4	1	6
	Regueira de Pontes . . . . .	1	20	20	4	22
	Chãs . . . . .	3				

(a) Decreto n.º 47 262, de 18 de Outubro de 1966.

(b) Decreto n.º 48 969, de 16 de Abril de 1969.

Concelho	Freguesia	Número	Previstos no Plano		Plano actualizado	
			De edifícios	De salas	De edifícios	Número
Amarante . . . . .	Telões . . . . .	1	4	4	1	5
Felgueiras . . . . .	Sendim . . . . .	1	1	1	1	3
Gondomar . . . . .	Rio Tinto . . . . .	1	6	6	1	8
Maia . . . . .	Vermoim . . . . .	1	1	1	1	3
Matosinhos . . . . .	Monte da Mina (c) . . . . .	1	4	4	1	4
	Monte da Mina (d) . . . . .	1	2	2	2	12
	Ferreira . . . . .					
Paços de Ferreira . . . . .	Rua do Comércio (Santa Cruz) (e) . . . . .	1	8	8	1	4
	Sobrado . . . . .	1	2	2	1	8
	Confaria . . . . .	2	5	5	2	9
	Cadilhe . . . . .	1	2	2	1	6
	Alfena . . . . .	-	-	-	1	8
	Caxinas (f) . . . . .	1	8	8	2	16
Vila do Conde . . . . .	Caxinas (Poça da Barca) . . . . .	1	6	6	2	16
	Caxinas (Caxinas) . . . . .					

(a) Decreto n.º 48 969, de 16 de Abril de 1969.

(b) Decreto n.º 49 261, de 25 de Setembro de 1969.

(c) Decreto n.º 48 030, de 9 de Novembro de 1967.

(d) Portaria n.º 19 769, de 20 de Março de 1963.

(e) Decreto n.º 44 994, de 23 de Abril de 1963.

(f) Decreto n.º 49 261, de 25 de Setembro de 1969.

Previstos no Plano		Plano actualizado		Número	
Concelho	Freguesia	Número	Núcleo	Localidades	
				De efi- ci- cios	De sa- las

**Distrito escolar de Santarém**

Distrito escolar de Setúbal

(a) Decreto n.<sup>o</sup> 45 837, de 29 de Julho de 1964.

Distrito escolar de Viana do Castelo

Caminha	Venade	Loução (a)	Loução, Chão, Aldeia Nova, Castanhelinho, Cruzinha, Fornos, Mouteira, Rio Timo, Ribas, Rosmaninho, Socorro, Covelo, Olheiro, Penacova e S. Sebastião.	1	1
	Venade				
	-				
Mongão	Ceivães	Pereiras	Pereiras	1	2
Ponite de Lima	Queijada	Igreja	Igreja	1	1

(a) E não como foi publicado no Decreto n.º 48 969, de 16 de Abril de 1969.

Distrito escolar de Viseu

Mestrado essencial de Funchal

Monte	Curral dos Romeiros	1	1	2
	Igreja	2	1	6
	Livramento	4	1	14
	Tanque	6	—	3
Santa Maria Maior	Ribeiro Domingos Dias	1	2	12
	Ladeira	3	—	2
	Lombo dos Aguiares	3	—	—
Santo António	Madalena	4	1	8
	Ferreiro do Reixo	7	2	12
São Gonçalo	São Gonçalo	6	2	19
	Ferreiro do Reixo	9	—	—
		—	—	—
			Curral dos Romeiros	—
			Igreja	—
			Livramento	—
			Tanque	—
			Ribeiro Domingos Dias	—
			Ladeira	—
			Lombo dos Aguiares	—
			Madalena	—
			Ferreiro do Reixo	—

## MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Fazenda

## Portaria n.º 185/70

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, o seguinte:

1.º Nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 23 367, de 18 de Dezembro de 1933, reforçar, com a importância de 50 000\$, a verba do capítulo 10.º, artigo 314.º, n.º 25) «Encargos gerais — Diversas despesas — Remunerações a abonar, nos termos do Decreto n.º 44 732, de 26 de Novembro de 1962», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral da província de Cabo Verde para o ano em curso, tomado como contrapartida igual importância a sair das disponibilidades existentes na verba do capítulo 10.º, artigo 317.º «Encargos gerais — Saldo orçamental», da referida tabela de despesa.

2.º Nos termos do artigo 13.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, conjugado com o artigo 5.º do Decreto n.º 40 712, de 1 de Agosto de 1956, abrir um crédito especial da importância de 3 000 000\$, destinado a reforçar a verba do capítulo 12.º, artigo 2887.º, n.º 2), alínea b) «Despesa extraordinária — Outras despesas extraordinárias — Diversos — Execução do programa de instalações prisionais», da tabela de despesa extraordinária do orçamento geral da província de Moçambique para o ano em curso, tomado como contrapartida o saldo das contas de exercícios findos.

Ministério do Ultramar, 9 de Abril de 1970. — Pelo Ministro do Ultramar, *Leão Maria de Tavares Rosado do Sacramento Monteiro*, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

Para ser publicada nos *Boletins Oficiais de Cabo Verde e Moçambique*. — *Sacramento Monteiro*.

## Direcção-Geral de Justiça

## Decreto n.º 146/70

Havendo necessidade de imprimir maior celeridade à comissão arbitral referida no artigo 34.º do Decreto n.º 47 314, de 15 de Novembro de 1966;

Por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Ao artigo 34.º do Decreto n.º 47 314, de 15 de Novembro de 1966, é aditado o n.º 3, com a seguinte redação:

3. Nas sedes de comarca a comissão arbitral será presidida pelo administrador do concelho.

Art. 2.º É revogada a Portaria n.º 22 862, de 1 de Setembro de 1967.

*Marcello Caetano — Joaquim Moreira da Silva Cunha.*

Promulgado em 3 de Abril de 1970.

Publique-se.

Presidência da República, 9 de Abril de 1970. — *AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial de Cabo Verde*. — *J. da Silva Cunha*.

Concelho	Freguesia	Núcleo	Previstos no Plano		Plano actualizado	
			Número	De edifícios	De salas	De edifícios
Funchal . . . . .	S. Martinho . . . . .	Igreja . . . . .	3	12	3	14
Porto Santo . . . . .	Campo de Baixo . . . . .	Campo de Baixo . . . . .	2	3	4	4
Santa Cruz . . . . .	Vale Paraíso . . . . .	Vale Paraíso . . . . .	2	4	6	6
	Carmacha . . . . .	Carmacha . . . . .	2	3	3	2
	Ribeira dos Pretetes . . . . .	Ribeira dos Pretetes . . . . .	2	3	3	9
	Quinta . . . . .	Quinta . . . . .	2	3	3	9

(\*) Só se preencheu esta coluna nos casos em que houve alterações na constituição da rede escolar. Nos restantes casos, as localidades integradas em cada núcleo são as que figuram no plano inicial.

Ministérios das Obras Públicas e da Educação Nacional, 23 de Fevereiro de 1970. — O Ministro das Obras Públicas, *Rui Alves da Silva Sanches*. — O Ministro da Educação Nacional, *José Veiga Simão*.